

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	51
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	52
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	53
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	55
--	----

Motivos de Reapresentação	56
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.521.681	2.419.354
1.01	Ativo Circulante	295.021	240.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	260.324	204.500
1.01.03	Contas a Receber	30.196	30.560
1.01.03.01	Clientes	30.196	30.560
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.302	1.664
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.302	1.664
1.01.07	Despesas Antecipadas	438	2.319
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	761	1.648
1.02	Ativo Não Circulante	2.226.660	2.178.663
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	214.095	229.641
1.02.01.03	Contas a Receber	2.077	5.592
1.02.01.06	Tributos Diferidos	212.018	224.049
1.02.03	Imobilizado	912	807
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	912	807
1.02.04	Intangível	2.011.653	1.948.215
1.02.04.01	Intangíveis	2.011.653	1.948.215
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.208.901	1.219.434
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	802.752	728.781

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.521.681	2.419.354
2.01	Passivo Circulante	205.225	148.735
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.943	6.303
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.313	1.490
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.630	4.813
2.01.02	Fornecedores	18.336	18.398
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.336	18.398
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.103	4.260
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.886	1.955
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.217	2.305
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	173.360	118.290
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.710	27.498
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	80.710	27.498
2.01.04.02	Debêntures	92.650	90.792
2.01.05	Outras Obrigações	1.483	1.484
2.01.05.02	Outros	1.483	1.484
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	1.195	1.264
2.01.05.02.05	Outros passivos	288	220
2.02	Passivo Não Circulante	1.596.413	1.573.907
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.593.999	1.571.821
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	330.126	351.753
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	330.126	351.753
2.02.01.02	Debêntures	1.263.873	1.220.068
2.02.04	Provisões	2.414	2.086
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	196	230
2.02.04.02	Outras Provisões	2.218	1.856
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial (ICPC 01)	2.218	1.856
2.03	Patrimônio Líquido	720.043	696.712
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-32.744	-56.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	304.313	255.348
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-134.827	-106.746
3.03	Resultado Bruto	169.486	148.602
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.974	-15.928
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.956	-15.939
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-12.649	-14.674
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-1.307	-1.265
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	11
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	155.512	132.674
3.06	Resultado Financeiro	-120.150	-104.059
3.06.01	Receitas Financeiras	7.528	5.376
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.678	-109.435
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35.362	28.615
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.031	-9.873
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.331	18.742
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.331	18.742
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro líquido nos períodos apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	112.457	44.606
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	178.364	150.882
6.01.01.01	Lucro do semestre antes do imposto de renda e da contribuição social	35.362	28.615
6.01.01.02	Depreciação e amortização	16.896	14.674
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	255	301
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	126.657	107.808
6.01.01.05	Margem de Construção - Infraestrutura	-804	-516
6.01.01.06	Provisão para contingências	-34	0
6.01.01.07	Perda na baixa de Intangível	32	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.431	-1.626
6.01.02.01	Contas a Receber	364	-3.395
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.637	-969
6.01.02.03	Despesas antecipadas	1.881	2.927
6.01.02.04	Outros ativos	4.402	-1.964
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	1.640	737
6.01.02.06	Fornecedores	-62	1.382
6.01.02.07	Tributos a pagar	-157	-344
6.01.03	Outros	-72.338	-104.650
6.01.03.01	Juros Pagos - BNDES	-11.454	-10.445
6.01.03.02	Juros pagos - Debêntures	-60.884	-94.205
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-79.667	-51.344
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-277	-26
6.02.02	Adições ao intangível	-79.390	-51.318
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.034	90.037
6.03.01	Captação de empréstimos	35.000	98.475
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-11.966	-8.438
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.824	83.299
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	204.500	111.742
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	260.324	195.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.331	0	23.331
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.331	0	23.331
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	0	-32.744	0	720.043

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.742	0	18.742
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.742	0	18.742
5.07	Saldos Finais	556.799	0	0	-88.916	0	467.883

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	325.590	274.719
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-111.479	-84.247
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.479	-84.247
7.03	Valor Adicionado Bruto	214.111	190.472
7.04	Retenções	-16.896	-14.674
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.896	-14.674
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	197.215	175.798
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.544	5.388
7.06.02	Receitas Financeiras	7.528	5.376
7.06.03	Outros	16	12
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	204.759	181.186
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	204.759	181.186
7.08.01	Pessoal	14.012	14.375
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.555	10.608
7.08.01.02	Benefícios	2.771	3.038
7.08.01.03	F.G.T.S.	686	729
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.277	31.367
7.08.02.01	Federais	22.965	20.146
7.08.02.02	Estaduais	61	68
7.08.02.03	Municipais	12.251	11.153
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.139	116.702
7.08.03.01	Juros	127.678	109.435
7.08.03.02	Aluguéis	3.738	7.267
7.08.03.03	Outras	723	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.331	18.742
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	23.331	18.742

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

Concessionária Rota das Bandeiras S.A. – 2º Trimestre de 2013

A Administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração, sob regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I (“Corredor”), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais que correspondem a, aproximadamente, 4,3% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais, sendo que a interligação completa deverá ser alcançada nos próximos anos com a conclusão das obras da via perimetral de Itatiba.

O transporte de cargas no Brasil se caracteriza predominantemente pela via rodoviária e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos pólos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a região de Campinas, o Vale do Paraíba, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Mensagem da Administração

O 2º trimestre encerrou sinalizando uma queda do PIB projetado para o exercício de 2013. O governo vem adotando medidas para conter a inflação, principalmente através da inibição do consumo via aumento da taxa Selic, que encerrou esse trimestre em 8% aa, com sinalização de alta nos meses seguintes. Nesse trimestre, no âmbito das rodovias concessionadas sob a responsabilidade da Companhia, assim como em todo o País, tivemos diversas manifestações protestando contra a atual política econômica adotada, bem como a falta de impunidade que acometeu o País nos últimos anos. Um dos pontos reivindicados nesses protestos foram os preços de pedágio, inclusive suscitando no Governo do Estado de São Paulo a decisão da anulação dos reajustes que seriam praticados a partir do mês de julho de 2013, comprometendo-se a buscar uma solução compensatória para as concessionárias.

Mesmo com a situação econômica nacional ainda instável, a Companhia registrou no 1º semestre de 2013 um aumento no tráfego de 4,9% ante o mesmo período de 2012, alcançando um novo recorde de veículos equivalentes no semestre. Esse crescimento ensejou um aumento de receita bruta de pedágio de 9,7%, se comparado ao mesmo período de 2012, mesmo com o cenário da economia nacional e internacional ainda apontando para um crescimento abaixo das expectativas.

Nesse semestre, mesmo com o aumento supra citado, o desempenho operacional da Companhia aponta uma melhora na segurança dos usuários das rodovias, quando registrou a realização de aproximadamente 37 mil atendimentos, apresentando redução de 6,1% quando comparado ao mesmo período de 2012. A variação positiva deve-se aos investimentos em melhorias das condições das rodovias, bem como à realização de campanhas educativas e de conscientização aos usuários das rodovias.

Neste 2º semestre de 2013, o EBTIDA da Companhia teve crescimento de 17% em relação ao mesmo período de 2012. Essa variação positiva deve-se, principalmente, ao aumento de nossas receitas de pedágio, conforme citado no parágrafo anterior, bem como pela relevante redução de custos e despesas decorrente de ações de otimização de processos operacionais e administrativos implementadas pela Companhia ao longo do último semestre do exercício de 2012.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013****3. Desempenho Econômico Financeiro**

As informações referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013 foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) - emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em R\$ mil	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita Bruta	325.590	274.719
Receita de Pedágio	243.000	221.461
Receita de Construção	80.385	51.579
Outras Receitas	2.205	1.679
(-) Deduções da Receita Bruta	(21.277)	(19.371)
Receita Líquida	304.313	255.348
(-) Custos/despesas operacionais	(69.220)	(71.611)
(-) Custo de construção	(79.581)	(51.063)
EBIT	155.512	132.674
Margem EBIT	51,1%	52,0%
(+) Depreciação/amortização	16.896	14.674
EBITDA	172.408	147.348
Margem EBITDA	56,7%	57,7%

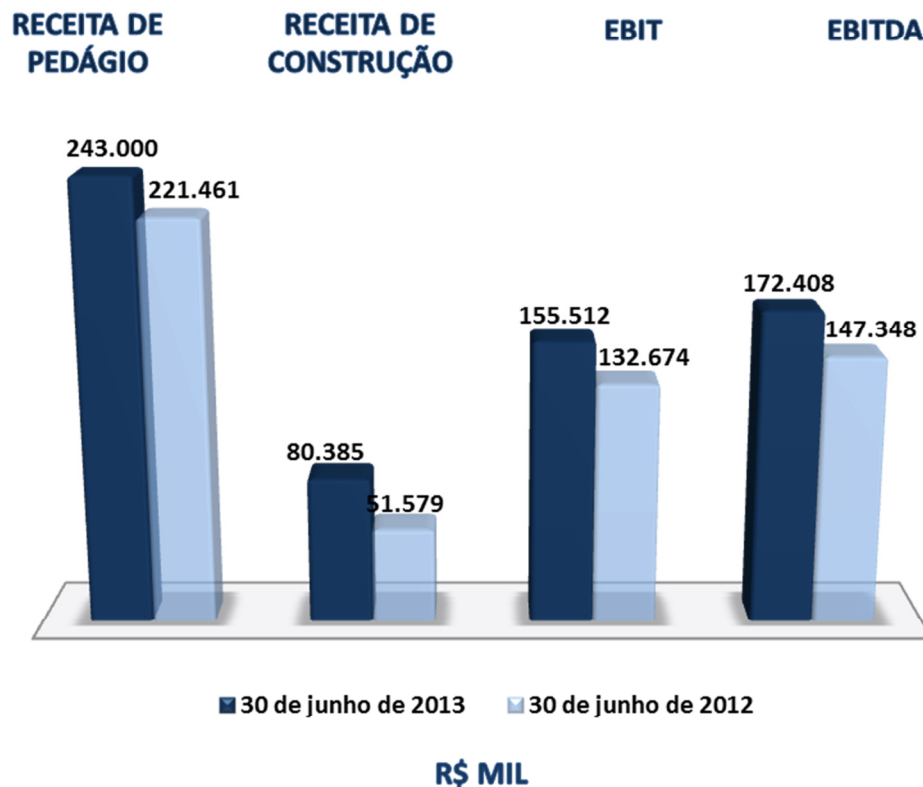
- 3.1 Receitas**

Em 30 de junho de 2013, a Concessionária atingiu uma receita bruta de R\$ 325.590 milhões representados por 74,6% de Receitas de Pedágio e 24,7% de Receitas de obras de infraestrutura.

As receitas de pedágios apresentaram crescimento de 9,7% em relação ao 1º semestre de 2012. O aumento está atrelado ao crescimento no volume de veículos pedagiados nas rodovias administradas pela Companhia. No 1º semestre de 2013 a Concessionária atingiu 43,2 milhões em veículos equivalentes, gerando crescimento de 4,9% quando comparado aos 41,2 milhões do mesmo período de 2012.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013**

A receita líquida atingiu neste trimestre de 2013 um montante de R\$ 304.313 milhões, R\$ 80.385 milhões de receita de obras de infraestrutura e R\$ 223.928 milhões de receita líquida de pedágio e acessórias.



O EBITDA atingiu no mesmo período o montante de R\$ 172.408 milhões, registrando aumento de R\$ 20.060 milhões ante aos R\$ 147.348 milhões do 1º semestre de 2012. Conforme quadro abaixo.

Em R\$ mil	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Resultado Líquido do Período	23.331	18.742
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	12.031	9.873
(+) Resultado Financeiro Líquido	120.150	104.059
(+) Depreciação/amortização	16.896	14.674
EBITDA	172.408	147.348

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

- **3.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos operacionais e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão e os custos de construção.

No 1º semestre de 2013 os custos operacionais e despesas administrativas consolidados apresentaram aumento de 21,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento citado refere-se, principalmente, aos custos de construção, proveniente do total de investimentos realizados pela Companhia neste 1º semestre de 2013.

- **3.3 Resultado Financeiro**

Ao fim deste semestre a Concessionária registrou R\$ 120.150 milhões de resultado financeiro negativo, com variação de 15,5% em relação aos R\$ 104.059 milhões negativos do mesmo período de 2012. O principal impacto no resultado financeiro líquido foi o crescimento das despesas com juros sobre os financiamentos e debêntures.

- **3.4 Endividamento**

A Concessionária encerrou o 1º semestre de 2013 com endividamento bruto de R\$ 1.767.359 mil, sendo R\$ 410.836 mil referentes aos contratos de financiamentos e R\$ 1.356.523 mil em Debêntures. O endividamento apresentou crescimento de 4,6% quando comparado ao ano anterior em virtude, principalmente, de nova contratação de financiamento no valor de R\$ 35.000 mil.

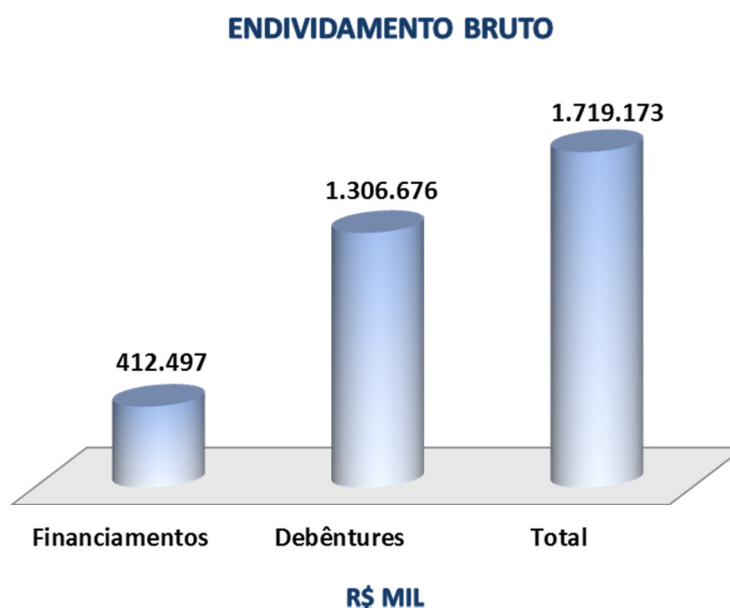
O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), encerrou o trimestre em R\$ 1.507.035 mil.

Os recursos financeiros tomados são reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013



• 3.5 Investimentos

Os investimentos realizados pela Concessionária neste semestre representaram R\$ 79.506 mil, despendidos principalmente nas obras de implantação e remodelação das marginais da rodovia Dom Pedro I, executadas no trecho urbano do município de Campinas, duplicação da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), conservação especial de pavimento nas rodovias do Corredor com Pedro I, melhorias e implantações de barreiras de concreto, defensas metálicas, melhorias em pontes e viadutos e implantação de sinalização horizontal e vertical. Estas obras proporcionarão maior conforto e segurança aos usuários de nossas rodovias.

Os recursos destinados a investimentos são provenientes da linha de crédito contratada junto ao BNDES e complementado pela geração de caixa da Companhia.

Intangível em Infraestrutura

Após a adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão, passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado através da projeção de curva de tráfego limitado ao prazo final da respectiva concessão e a partir da data em que este está disponível para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013**

- **3.6 Reestruturação Societária**

Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTPP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) passou a deter 100% do capital total da Companhia.

- **3.7 Outras Informações Contábeis**

Em 30 de junho de 2013 a Companhia encerrou o período com capital social subscrito representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 ações pertencentes à OTP.

Em R\$ mil	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Patrimônio Líquido	720.043	696.712
Ativo Total	2.521.681	2.419.354
Número de Ações integralizadas	556.799	556.799
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	1,29	1,25

Em R\$ mil	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Receita Líquida	304.313	255.348
Resultado Bruto	169.486	148.602
Resultado Líquido	23.331	18.742
Número de Ações integralizadas	556.799	556.799
Resultado Líquido por Ação (R\$)	0,04	0,03

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

• 3.8 Gestão de Pessoas

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht – TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

Segue abaixo informações do 1º semestre de 2013:

Descrição	30 de junho de 2013	30 de junho de 2012
Número de Funcionários		
Diretos	563	594
Indiretos	819	915
Valores Investidos R\$ mil		
Treinamento	52	73
Previdência	88	97

Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição C.I.E.E. (Centro de Integração Empresa Escola) por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

• 3.9 Governança Corporativa

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

A Concessionária, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

Em 28 de fevereiro de 2013 a Companhia realizou a contratação de seu auditor independente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”).

Não houve, neste trimestre, a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não sejam os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação. A contratação de empresa de auditoria independente é também submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia.

Conduta e Código de Ética

Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo, e, conseqüentemente todos seus integrantes.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

Transparência e Gestão

Existência de web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa.

Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio

Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

- **3.10 Responsabilidade Social**

No primeiro semestre de 2013 a Concessionária realizou campanhas importantes com o intuito de reduzir acidentes, gerar conforto e informações aos usuários das rodovias administradas. Abaixo segue a relação das principais campanhas realizadas.

Campanha do Agasalho

A campanha do agasalho é promovida pelo estado de São Paulo e apoiada pela ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo) juntamente com as concessionárias de rodovias paulistas. A Rota das Bandeiras organiza atividades como gincana e caminhadas solidárias com intuito de envolver seus integrantes e comunidade nesta causa que ajuda milhares de famílias carentes a enfrentar o inverno. A Caminhada solidária envolveu diretamente 450 pessoas, entre essas, integrantes, prestadores de serviços, parceiros e comunidades.

Campanha na Mão Certa

A Rota das Bandeiras em parceria com a ONG Childhood Brasil, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal, promoveram a campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O intuito da campanha foi a conscientização dos usuários das rodovias contra este crime.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

Programa Rota da Educação

O Programa oferece apoio às 17 cidades localizadas ao longo do corredor D. Pedro para implantar, desenvolver e monitorar indicadores de trânsito. Contemplando formação de alunos e professores em relação aos temas transversais: Educação para o trânsito, educação ambiental, ética e cidadania e mobilidade urbana.

Parada Legal

A Parada Legal é uma campanha que tem como objetivo reduzir o número de acidentes nas estradas através de serviços gratuitos de segurança, saúde e bem-estar direcionados aos usuários da malha rodoviária.

- **3.11 Ações Ambientais**

Neste trimestre, o município de Itatiba recebeu o plantio de 500 mudas de árvores nativas no Dia Mundial do Meio Ambiente. A medida faz parte das compensações ambientais necessárias decorrentes das obras de duplicação da rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360). As atividades contaram com a participação de 40 alunos da Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) Sebastião de Camargo Pires, com idade média de 10 anos. As crianças, além de aprenderem a plantar as mudas, receberam um jogo educativo, com importantes informações a respeito da preservação ambiental. Para cada árvore nativa retirada do trecho devido às obras de modernização ou conservação do sistema, 25 novas mudas são plantadas pela Companhia como compensação ambiental. Desde o começo da concessão do Corredor Dom Pedro, em abril de 2009, já foi plantado mais de 76 mil mudas.

A Companhia firmou, neste trimestre, parceria com a prefeitura do município de Campinas onde construirá duas estufas específicas para a produção de mudas. A operação das estufas será de responsabilidade do município. As estufas serão construídas no Viveiro Municipal e equipes da Prefeitura irão cultivar as mudas que serão utilizadas na manutenção de áreas públicas de Campinas, como praças, canteiros, escolas, entre outros.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2013

- **3.12 Considerações Finais**

As Demonstrações Financeiras Intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Conselho de Administração

Juliane Pfeiffer Marinho
Marcelo Felberg
Irineu Berardi Meireles
Júlio Perdigão

Diretoria Executiva

José Ricardo Mega Rocha
Irineu Berardi Meireles
Jurandir Barrocal Neto

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Rota das Bandeiras” ou “Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de Companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 29 de julho de 2013.

Reestruturação societária

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora Odebrecht Transport Participações S.A. (“OTPP”), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, o qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) passou a deter 100% do capital total da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Assim, essas demonstrações financeiras intermediárias incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 30 de junho de 2013, compreendem as "Contas a receber", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 7 e 8).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(I) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(II) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(III) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados, pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota 11). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego utilizada como base nas projeções da companhia durante o prazo de concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 2.218 em 30 de junho de 2013 (R\$ 1.856 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(l) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), com base na taxa efetiva.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita

Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receita de construção

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2013	2012	2013	2012	2013	2012
80.385	51.579	(79.581)	(51.063)	804	516

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor da lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e, a partir do ano-calendário de 2010, obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2013 montaram a R\$ 88, enquanto no semestre findo em 30 de junho de 2012 montaram a R\$ 97.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

(q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 30 de junho de 2013, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 2.539, sendo que o montante de R\$ 2.000 refere-se ao exercício de 2012.

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2013. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foi adotada pela Companhia.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o semestre findo em 30 de junho de 2013 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o semestre findo em 30 de junho de 2013 e o exercício de 2012, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 9).

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

(e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e da taxa de juros CDI (Certificado de Depósito Interbancário), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP, o índice de inflação IPCA e a taxa de juros CDI.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	6,0%	6,4%	5,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
CDI	7,9%												

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 24/jun/2013

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP *	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA **	5,24%	6,55%	7,86%
CDI ***	7,93%	9,92%	11,90%

* Refere-se à média aritmética da projeção de 2013 a 2025 das taxas de TJLP apresentada acima.

** Refere-se à média aritmética da projeção de 2013 a 2024 dos índices de IPCA apresentada acima.

*** Refere-se à média aritmética da projeção de 2013 do índice de CDI apresentada acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento BNDES	abr/25	Alta na TJLP	114.851	134.125	153.204

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.344.604	2.644.474	2.971.934
Financiamento BNDES	mai/22	Alta no IPCA	52.432	58.235	63.890

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento Itaú	jul/13	Alta no CDI	105	126	146

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 26.862 (em 31 de dezembro 2012 R\$ 27.093), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012 podem ser assim sumariados:

	<u>30 de junho de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	1.767.359	1.690.111
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(260.324)</u>	<u>(204.500)</u>
Dívida líquida	<u>1.507.035</u>	<u>1.485.611</u>
Total do patrimônio líquido	<u>720.043</u>	<u>696.712</u>
Total do capital	<u>2.227.078</u>	<u>2.182.323</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>68</u>	<u>68</u>

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**5 Instrumentos financeiros por categoria**

	Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber e demais contas a receber	33.034	37.800
Caixa e equivalentes de caixa	260.324	204.500
	293.358	242.300
	Outros passivos financeiros	
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	1.767.359	1.690.111
Fornecedores e outras obrigações	22.037	21.738
	1.789.396	1.711.849

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	26.862	27.093
Outros	3.334	3.467
Total de contas a receber	30.196	30.560
Caixa e equivalentes de caixa		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Banco do Brasil	693	39.880
Banco Caixa Econômica Federal	47.739	
Banco Itaú	1	1
Banco Santander	8.829	56.128
Banco Votorantim	57.345	15.951
Banco HSBC	400	
Banco Bradesco	2	27
Banco BTG Pactual	141.939	86.608
Banco Indusval	1	1
	256.949	198.596
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	614	226
Numerário em Trânsito	2.448	5.332
Fundo de Troco	313	346
	3.375	5.904
Total de caixa e equivalentes de caixa	260.324	204.500

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Caixa geral	614	226
Bancos conta movimento	1.207	1.717
Numerário em trânsito (i)	2.448	5.332
Fundo de troca	313	346
Aplicações financeiras (ii)	255.742	196.879
	260.324	204.500

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 101,0% e 102,8% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

Em 22 de maio de 2012, a Companhia adquiriu cotas de fundo de investimento administrado pelo banco BTG Pactual e em 13 de maio de 2013 adquiriu cotas de fundo de investimento administrado pela Caixa Econômica Federal. As cotas adquiridas possuem liquidez imediata. Em 30 de junho de 2013, o saldo do fundo de investimento administrado pelo banco BTG Pactual era de R\$ 141.939, referentes a 121.979 cotas (em 31 de dezembro R\$ 86.609, referentes a 77.068 cotas) de investimento com remuneração de aproximadamente 104,8% do CDI. Em 30 de junho de 2013, o saldo do fundo de investimento administrado pela Caixa Econômica Federal era de R\$ 47.739, referentes a 37.102 cotas de investimento com remuneração de aproximadamente 101,5% do CDI.

8 Contas a receber

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	26.862	27.093
DBTRANS Ltda.	2.106	1.915
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	964	1.308
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	28	
Outras contas a receber	236	243
	30.196	30.560

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2013, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**9 Imposto de renda e contribuição social diferidos****Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ativo - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (ii)	99.889	89.142
Amortização da outorga	1.619	1.619
Benefício fiscal (ágio) (i) e (ii)	186.188	195.988
Outras diferenças temporárias	230	205
	<u>287.926</u>	<u>286.954</u>
Passivo - não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	38.298	28.729
Margem de construção	2.882	2.608
Encargos financeiros	13.417	14.023
Outras diferenças temporárias	21.311	17.545
	<u>75.908</u>	<u>62.905</u>
	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	287.927	286.954
Tributos diferidos passivos	(75.909)	(62.905)
	<u>212.018</u>	<u>224.049</u>

A variação líquida do primeiro semestre de 2013 relativa aos impostos diferidos totalizou R\$ (12.031).

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº 319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável.

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	547.613	576.435
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(361.425)	(380.447)
Total do benefício fiscal	<u>186.188</u>	<u>195.988</u>

A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de "Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido". A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio a ser amortizado para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2013		9.799	9.799
2014	497	19.599	20.096
2015	5.376	19.599	24.975
2016	13.065	19.599	32.664
2017 em diante	80.951	117.592	198.543
	<u>99.889</u>	<u>186.188</u>	<u>286.077</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Imobilizado**(i) Composição**

	Taxas anuais médias de depreciação (%)			30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Máquinas e equipamentos	20	1.241	(642)	599	744
Móveis e utensílios	20	208	(36)	172	63
Instalações	20	54		54	
Veículo	20	88	(1)	87	
		<u>1.591</u>	<u>(679)</u>	<u>912</u>	<u>807</u>

(ii) Movimentação

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Saldo no início do semestre/exercício	807	931
(+) Adições	277	122
(+) Transferências		7
(-) Depreciação	(172)	(253)
Saldo no final do semestre/exercício	<u>912</u>	<u>807</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**11 Intangível****(i) Composição**

			30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
	Custo	Amortização Acumulada		Líquido
Intangível em infraestrutura (a)				
Edifícios e instalações	241.327	(13.099)	228.228	229.383
Pavimentações e conservação especial	320.942	(19.326)	301.616	278.671
Hardware equipamentos de pedágio	61.755	(7.210)	54.545	54.621
Demais melhorias e aplicações	90.654	(2.493)	88.161	77.177
Desapropriações	29.083	(1.175)	27.908	26.233
Máquinas e equipamentos	3.490	(95)	3.395	3.022
Móveis e utensílios	1.851	(52)	1.799	1.751
Veículos	2.179	(74)	2.105	2.354
Meio ambiente e elementos de segurança	23.803	(938)	22.865	19.771
Obras em andamento	72.130		72.130	35.798
	847.214	(44.462)	802.752	728.781
Outros intangíveis (b)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(128.698)	1.208.540	1.219.026
Softwares adquiridos de terceiros	566	(205)	361	408
	1.337.804	(128.903)	1.208.901	1.219.434
	2.185.018	(173.365)	2.011.653	1.948.215

(a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(b) Outros intangíveis

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

A revisão e o reajuste das tarifas de pedágio têm como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo exercício.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(ii) Movimentação**

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Intangível Infraestrutura		
Saldo no início do semestre/exercício	728.781	594.792
(+) Adições	80.188	144.281
(-) Baixas	(32)	(108)
(-) Amortização	(6.185)	(10.184)
	<u>802.752</u>	<u>728.781</u>
Outros intangíveis		
Saldo no início do semestre/exercício	1.219.434	1.239.730
(+) Adições	6	327
(-) Transferência		(7)
(-) Amortização	(10.539)	(20.616)
	<u>1.208.901</u>	<u>1.219.434</u>
Saldo no final do semestre/exercício	<u><u>2.011.653</u></u>	<u><u>1.948.215</u></u>

12 Empréstimos e Debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32%	319.149	328.385
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 9,6%	28.655	26.421
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 8,66%	30.522	28.265
Empréstimo Banco Itau BBA (b)	R\$	CDI - Over + 2,00%	35.975	
Debêntures (c)	R\$	IPCA + 9,57%	1.395.984	1.352.103
Custos a amortizar (d)	R\$		(42.926)	(45.063)
			<u>1.767.359</u>	<u>1.690.111</u>
Passivo circulante			<u>(173.360)</u>	<u>(118.290)</u>
Passivo não circulante			<u>1.593.999</u>	<u>1.571.821</u>
			<u><u>(1.767.359)</u></u>	<u><u>(1.690.111)</u></u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(a) BNDES**

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 30 de junho de 2013 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2013
ago/10	175.364	*	TJLP + 2,32%	150.093
dez/10	30.000	abr/23	TJLP + 2,32%	30.451
mar/11	34.103	abr/23	TJLP + 2,32%	34.615
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	18.102
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.670
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	2.786
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	641
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	10.553
fev/12	20.959	abr/25	TJLP + 2,32%	21.274
fev/12	4.888	abr/21	TJLP + 2,32%	4.188
fev/12	24.099	abr/23	TJLP + 2,32%	24.461
mar/12	5.985	abr/23	TJLP + 2,32%	6.075
mar/12	8.544	abr/21	TJLP + 2,32%	7.387
nov/12	2.783	abr/21	TJLP + 2,32%	2.597
nov/12	15.406	abr/23	TJLP + 2,32%	15.638
nov/12	2.695	abr/25	TJLP + 2,32%	2.735
nov/12	3.274	jul/18	TJLP + 2,32%	2.942
dez/12	9.453	abr/25	TJLP + 2,32%	9.596
dez/12	28.094	mai/22	IPCA + 8,66%	30.522
Total liberado	395.466			378.326

(*) O montante de R\$ 175.364 liberado em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Banco Itaú BBA

Em 1 de março de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú") uma cédula de crédito bancário, de curto prazo, no valor R\$35.000. O valor captado está sujeito a encargos CDI Over + 2% a.a. com vencimento em 10 de julho de 2013.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(c) Debêntures**

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

No dia 16 de julho de 2012, a Companhia pagou aos debenturistas de ambas as séries um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das Debêntures em contrapartida à concordância com as alterações contratuais.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 30 de junho de 2013, está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
junho-10	1º série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57 %	680.425	691.373
junho-10	2º série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57 %	715.559	660.730
					1.395.984	1.352.103

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2013	0,50%	julho de 2013	1,00%
janeiro de 2014	0,50%	julho de 2014	1,00%
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado

(ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

O vencimento da primeira parcela das debêntures da primeira série foi alterado, neste 3º aditivo, para 15 de janeiro de 2013. Nesta data houve liquidação de R\$ 2.750, referente a primeira parcela do principal, juntamente com juros e correção monetária incorrida sobre o saldo total no montante de R\$ 60.884. O vencimento da segunda série foi prorrogado para o dia 15 de julho de 2013.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(d) Custos de captação**

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			30 de junho	31 de dezembro
	Debêntures	BNDES	de 2013	de 2012
Saldo no início do semestre/exercício	41.243	3.819	45.062	34.717
(+) Adições (*)				14.576
(-) Amortizações	(1.783)	(353)	(2.136)	(4.231)
Saldo no final do semestre/exercício	<u>39.460</u>	<u>3.466</u>	<u>42.926</u>	<u>45.062</u>

(*) Gastos incorridos, no exercício de 2012, na renegociação das debêntures, sendo R\$ 13.190 referente prêmio pago a debenturista e saldo residual decorrente de pagamento de assessoria jurídica e taxa administrativa.

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2013	4.306	684	4.990
2014	1.959	311	2.270
2015	3.994	575	4.569
2016	4.060	501	4.561
2017	4.102	424	4.526
2018	4.106	344	4.450
2019	4.175	264	4.439
2020	4.097	183	4.280
2021	3.744	106	3.850
2022	2.976	52	3.028
2023 em diante	1.941	22	1.963
	<u>39.460</u>	<u>3.466</u>	<u>42.926</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(e) Prazo de vencimento**

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de junho de 2013	31 de dezembro de 2012
2014	38.748	57.246
2015	81.069	77.076
2016	100.851	96.832
2017	100.886	96.846
2018	100.721	96.664
2019	92.145	88.066
2020	136.305	132.206
2021	171.582	167.470
2022	232.452	228.341
2023 em diante	539.240	531.074
	<u>1.593.999</u>	<u>1.571.821</u>

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- Limitação para realização de transferência de ações, excetuando-se qualquer transferência na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização Odebrecht;
- Limitações para a alienação de quaisquer equipamentos ou outros bens, sem a anuência expressa dos credores, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- Limitação para contratar empréstimos ou financiamentos em montante superior ao equivalente a 15% da soma do faturamento bruto dos últimos 12 meses;
- Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada semestre;
- Abster-se de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio com o índice de cobertura de serviço da dívida abaixo de 1,30;
- Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Financeiro não inferior a 0,2 (dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada exercício social;

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Manter Conta Reserva de Serviço da Dívida ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente aos recursos necessários para o pagamento das próximas seis prestações do serviço da dívida;
- Manter Conta Reserva de O & M ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Companhia nos três meses anteriores;
- Operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), desde que este seja subordinadas ao pagamento das Debêntures e ao contrato de financiamento do BNDES.

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2013.

13 Saldos e transações com partes relacionadas

(i) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2013 e do exercício 2012, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	<u>Fornecedores</u>	<u>Serviços prestados</u>
CNO	89	280
Consórcio Corredor Dom Pedro I		<u>30.145</u>
Em 30 de junho de 2013	<u>89</u>	<u>30.425</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>45</u>	<u>82.928</u>

(ii) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012, totalizou os montantes de R\$ 1.307 e R\$ 1.265, respectivamente.

14 Contingências

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresenta o montante de R\$ 143 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 150) relacionado às contingências trabalhistas e previdenciárias e R\$ 53 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 80) em reclamações cíveis.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 1.200 em 30 de junho de 2013.

15 Patrimônio líquido**Capital social**

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

16 Receita

	2013	2012
Receita de obra de infraestrutura (i)	80.385	51.579
Receita de operação		
Receitas em numerário	69.272	67.500
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	152.723	134.492
Receitas de vale pedágio (iii)	20.957	19.481
Outras receitas	2.253	1.667
	<u>245.205</u>	<u>223.140</u>
Receita total	<u>325.590</u>	<u>274.719</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(21.277)</u>	<u>(19.371)</u>
	<u>304.313</u>	<u>255.348</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no semestre findo em 30 de junho de 2013, um montante de R\$ 80.385 como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).
- Reajuste da tarifa de pedágio**

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde de 1º de julho de 2012, entraram em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 4,99%, autorizado em 29 de junho de 2012 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

17 Custos dos serviços

Os custos dos serviços prestados referentes ao semestre findo em 30 de junho são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(10.487)	(10.057)
Depreciação, amortização do intangível	(6.375)	(4.616)
Provisão de conserva especial	(255)	(230)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(8.416)	(8.402)
Salários	(7.461)	(7.791)
Outorga variável	(7.356)	(6.697)
Gastos gerais	(4.601)	(8.865)
Serviços de terceiros	(2.173)	(3.128)
Seguros	(2.909)	(3.247)
Atendimento pré hospitalar	(2.328)	(1.166)
Guincho	(2.183)	(743)
Materiais	(702)	(741)
	<u>(55.246)</u>	<u>(55.683)</u>
Custos de obra de infraestrutura	<u>(79.581)</u>	<u>(51.063)</u>
	<u>(134.827)</u>	<u>(106.746)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
informações financeiras intermediárias em 30 de junho**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**18 Resultado financeiro, líquido**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(126.552)	(107.884)
IOF sobre empréstimos tomados	(307)	(514)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(701)	(923)
Outras	(118)	(114)
	<u>(127.678)</u>	<u>(109.435)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	7.528	5.376
	<u>(120.150)</u>	<u>(104.059)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro antes dos impostos	35.362	28.615
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(12.023)	(9.729)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(8)	(144)
Efeito IR e CSLL no resultado	<u>(12.031)</u>	<u>(9.873)</u>
IR e CSLL diferidos	<u>(12.031)</u>	<u>(9.873)</u>
Total da despesa com IR e CSLL	<u>(12.031)</u>	<u>(9.873)</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários	(7.152)	(7.375)
Auditoria e consultoria	(1.192)	(1.913)
Serviços de terceiros	(1.418)	(1.141)
Impostos, taxas e contribuições	(329)	(236)
Outros gastos	(2.558)	(4.009)
	<u>(12.649)</u>	<u>(14.674)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

<u>Modalidade</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade Civil	Itaú	30/06/2013	71.915
Seguro de Rodovia	Itaú	30/06/2013	217.751
Garantia de Concessões Publicas	Chartis	30/06/2013	306.734
Seguro de Veículo	Tokio	30/09/2013	(*)
Risco de Engenharia	Zurich	30/12/2013	11.810
Risco de Engenharia	Zurich	31/03/2015	93.527
Risco de Engenharia	Zurich	30/06/2014	21.740

(*) 110% da Tabela FIPE

As apólices de seguros com vencimento em 30 de junho de 2013 foram renovadas com as respectivas seguradoras e possuem vigência até 30 de junho de 2014.

22 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do semestre	23.331	18.742
Lucro líquido atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	11.666	9.371
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>278.400</u>	<u>278.400</u>
Lucro básico por ação	<u>41,90</u>	<u>33,66</u>

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias em 30 de junho Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Eventos subsequentes

Interrupção parcial nas operações

Na manhã de 3 de julho de 2013, a Praça de Pedágio situada na Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP 332), KM 135,5, no município de Paulínia, foi vítima da ação de vândalos, impossibilitando a operação de cobrança de pedágio na referida praça. A Companhia informa que os danos incorridos ou que por ventura venham a incorrer estão devidamente cobertos por seguros que proporcionam uma efetiva e compreensiva cobertura sobre os riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela Concessão.

Reajuste da tarifa de pedágio

No dia 24 de junho de 2013, o governador do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, anunciou o cancelamento do reajuste do valor dos pedágios previsto para ocorrer anualmente em 1º de julho, conforme contrato firmado entre o governo e a Companhia. Contudo, a partir de 28 de julho de 2013, ficou estabelecido que a cobrança da tarifa de pedágio incidirá sobre todos os eixos dos veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo. Com essa medida, o governador concede benefício relevante à população, ao mesmo tempo em que assume o compromisso de respeito aos contratos de concessão.

Pagamento das Debêntures

Em 15 de julho de 2013, a Companhia liquidou a terceira parcela referente à segunda série das debêntures no montante de R\$ 68.662.

Liquidação do empréstimo do Banco Itaú

Em 10 de julho de 2013, a Companhia liquidou a CCB no Banco Itaú S.A. no montante de R\$ 36.073.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

2º TRIMESTRE DE 2013			
Highlights Financeiros (R\$ milhões)	REALIZADO	PROJETADO	Δ %
RECEITA LÍQUIDA	170.564	158.214	7,8%
EBITDA	85.832	81.192	5,7%
CAPEX	(53.124)	(47.054)	12,9%
Dívida Total	1.767.359	1.862.860	-5,1%
Caixa e equivalentes	260.324	295.663	-12,0%
Dívida Líquida	1.507.034	1.567.198	-3,8%
Patrimônio Líquido	720.042	689.966	4,4%

Receita Líquida

A Companhia realizou 7,8% acima da projetada proporcional para o 2º trimestre, devido, principalmente ao aumento significativo na rubrica receita de construção, reflexo do aumento dos investimentos em Obras de Infraestrutura realizadas nesse trimestre.

CAPEX

O CAPEX realizado ficou acima do projetado por conta da alteração do cronograma de investimentos, se observado o trimestre, devido à evolução das obras de duplicação da Rodovia SP-360 e da implantação das Marginais de Campinas.

Dívida Total

A dívida da Companhia apresentou uma queda de 5,1% em relação ao projetado, devido principalmente ao IPCA, que realizou abaixo da projeção desse trimestre, refletindo uma redução de 3,8% na dívida líquida.

Caixa e Equivalentes

O Caixa e Equivalentes de Caixa finalizou o 2º trimestre com queda de 12%, devido principalmente ao aumento dos investimentos no período.

Os demais itens projetados não apresentaram variações significativas com os valores realizados no segundo trimestre.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 28/05/2013

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A., cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 30 de julho de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A (“Concessionária”), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Itatiba, 29 de julho de 2013.

Irineu Berardi Meireles
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2013.

Itatiba, 29 de julho de 2013.

Irineu Berardi Meireles
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto
Diretor

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Comentários Sobre o Comportamento das Projeções Empresarias elaborados de acordo com o que dispõe o § 4º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.
3	Comentários Sobre o Comportamento das Projeções Empresarias elaborados de acordo com o que dispõe o § 4º do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.